

EDITAL DE LICITAÇÃO – 2ª PUBLICAÇÃO

1. Entidade		
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR		
2. N° Proc. Adm.	3. Modalidade e número de ordem	
14.163.013-9	PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2016	
4. Objeto		
Contratação de Companhia Seguradora para formalização de Seguro Habitacional, através de Apólice de Mercado SH/AM específica dos Ramos 61 e 65, de acordo com o disposto no Anexo da Circular CNSP N° 205 de 18 de novembro de 2009, para os adquirentes de imóveis comercializados pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, fora do Sistema Financeiro da Habitação - SFH		
5. Entrega da proposta e documentos de habilitação e início da sessão pública da licitação		
Local		
Local: Rua Marechal Deodoro, n° 1133, Térreo, Centro, Curitiba-PR		
Data		Hora
1º/09/2016		09:00
6. Tipo de licitação	7. Garantia de Execução	8. Prazo de Execução
Menor Preço/Taxa	Sim	24 meses - prorrogáveis
9. Responsável pelos esclarecimentos, Local, Horário e Contatos		
Pregoeira e Ato de Designação: Elizabete Maria Bassetto – Ato n° 317/PRES-15		
Endereço: Rua Marechal Deodoro, n° 1133 – Centro – Curitiba-PR		
Horário	Telefones/Fax	e-mail
08:30 às 12:00 13:30 às 18:00	(41) 3312-5782 (41) 3312-5780	licitacao@cohapar.pr.gov.br
13. Sumário		
1. Objeto	11. Recursos	
2. Preço Máximo	12. Adjudicação e Homologação	
3. Comunicação dos atos da Licitação	13. Garantia de Execução	
4. Regência Legal	14. Contrato	
5. Condições para participar da licitação	15. Condições de Pagamento	
6. Credenciamento	16. Recomposição Contratual	
7. Proposta de Preço	17. Penalidades	
8. Documentos de Habilitação	18. Impugnações	
9. Procedimentos da Licitação	19. Disposições Gerais	
10. Critério de Julgamento		

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação está descrito no item 4 do preâmbulo, conforme especificações, quantidades e demais condições descritas no **Anexo I** deste Edital.

1.2. O tipo de Licitação está indicado no item 6 do preâmbulo.

1.3. A contratação com a empresa vencedora obedecerá às condições constantes na Proposta de Preços – **Anexo II**, e na Minuta do Contrato - **Anexo VI** deste Edital.

1.4. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente Edital são oriundos da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, conforme Declaração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira nº 177/2016, de 09/08/2016.

2. PREÇO MÁXIMO

2.1. O valor máximo desta Licitação é de R\$ 8.033.668,56 (oito milhões, trinta e três mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), para um período de 24 (vinte e quatro) meses, considerando: a) aplicação da **taxa máxima mensal admissível de 0,2453958%** para Morte e Invalidez Permanente – MIP, sobre o somatório dos saldos devedores dos contratos da carteira previstos até jun/2016 e b) aplicação da **taxa máxima mensal admissível de 0,0453833%** para Danos Físicos do Imóvel – DFI, sobre o somatório dos valores de avaliação dos contratos da carteira atual, previstos até jun/2016.

2.2. O valor base utilizado para determinação do preço máximo da licitação/contrato é de R\$ 110.734.486,57 (cento e dez milhões, setecentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) para a cobertura de **Morte e Invalidez Permanente – MIP**, sendo que constitui esse valor, o somatório dos saldos devedores da carteira atual, acrescido da previsão de reajuste anual, além do saldo devedor do total de unidades previstas e;

2.3. O valor base utilizado para determinação do preço máximo da licitação/contrato é de R\$ 138.814.071,76 (cento e trinta e oito milhões, oitocentos e quatorze mil, setenta e um reais e setenta e seis centavos), para a cobertura de **Danos Físicos do Imóvel – DFI**, sendo que constitui esse valor, o somatório dos valores de avaliação dos contratos da carteira atual.

2.4. Para elaboração da proposta de preço, sob pena de desclassificação, deverão ser observadas as taxas máximas estabelecidas para MIP e DFI, indicadas no item 2.1.

3. COMUNICAÇÃO DOS ATOS DA LICITAÇÃO E INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE

3.1. A qualquer tempo, antes da data limite para a entrega dos envelopes, a COHAPAR pode, por qualquer motivo, por sua própria iniciativa ou em resposta a uma indagação, orientar os participantes através de um adendo que será divulgado no site www.comprasparana.pr.gov.br, **sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o acompanhamento de eventuais alterações, questionamentos e/ou erratas.**

3.2. A COHAPAR prorrogará a data limite para entrega dos envelopes em caso de alteração que possa comprometer a firme formalização das propostas.

4. REGÊNCIA LEGAL

4.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Estadual nº 15.608/07, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e nos seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

5.2. Não será admitida a participação de empresas que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, bem como os licitantes que se apresentem constituídos na forma de cooperativas ou de empresas em consórcio.

5.3 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

5.3.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

5.3.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem 5.3.1.

5.4. O representante legal do licitante deverá entregar ao Pregoeiro, na abertura da sessão pública, FORA DOS ENVELOPES A e B, declaração de que reúne as condições de habilitação exigidas no edital, conforme modelo do Anexo V.

6. CREDENCIAMENTO

6.1 Nas reuniões da presente licitação será admitida a participação ativa de apenas um representante por licitante, especificamente designado, cabendo ao mesmo apresentar suas credenciais ao Pregoeiro na data de abertura dos envelopes "A", através de documento de nomeação para representação no procedimento licitatório, conforme Modelo do **ANEXO III**, devendo ainda identificar-se, exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

6.2. Por credenciais entende-se:

a) Habilitação do representante, mediante instrumento comprobatório, com poderes para representar a empresa e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante. O instrumento comprobatório deve ser:

a1) Instrumento público **acompanhado de contrato social consolidado**, ou

a2) **Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de contrato social consolidado/ata de eleição de diretoria** no qual se declare expressamente ter poderes para a outorga, acompanhado de cópia do ato de investidura do outorgante (ex. contrato social, ata de eleição de diretoria).

b) Caso seja sócio ou titular da empresa, apresentar documentos que comprovem sua capacidade de representar a mesma, com poderes para representar e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

6.3. Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples, acompanhada do original, para que possa ser autenticada pelo pregoeiro e equipe de apoio.

6.4. A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência de representante não importará na desclassificação da proposta do licitante no presente certame, contudo, ele não poderá apresentar lances verbais e nem fazer qualquer manifestação em nome da empresa na sessão do pregão.

7. PROPOSTA DE PREÇO - ENVELOPE A

7.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes informações e documentos:

a) **Carta Proposta de Preços**, conforme modelo oferecido pela COHAPAR (Anexo II), assinada por quem de direito, em 01 (uma) via, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificada com o número de inscrição no CNPJ/MF ou timbre impresso da empresa, preço expresso em Real (R\$), razão social, endereço, fone/fax e e-mail do

Licitante, devendo observar as especificações constantes dos Anexos deste edital e conter:

- 1 Preço total estimado pelo qual se compromete a executar os serviços (cobertura securitária), para um período de 24 (vinte e quatro) meses.
- 2 Taxas propostas para Morte e Invalidez Permanente - MIP e Danos Físicos do Imóvel – DFI, a serem aplicadas sobre o capital segurado, em percentual, obedecendo aos critérios estabelecidos no item 1 e 5 do Anexo I.
- Na composição das taxas propostas está incluído um adicional de 5% (cinco por cento) a título de taxa de administração que será repassada à COHAPAR, na qualidade de Estipulante, para auxiliar no custeio das despesas internas e administrativas da Carteira de Seguros.
- 3 Prazo de Execução dos Serviços;
- 4 Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da entrega dos envelopes na licitação.

b) **Minuta de Apólice a ser formalizada**, a ser formalizada, com as condições especiais e particulares, normas e rotinas, e demais condições estabelecidas neste Edital;

7.2. Os Licitantes deverão formular seus preços (taxas) de acordo com os fatores a seguir:

- a) toda a legislação aplicável e todas as condições previstas no edital, e seus anexos;
- b) despesa para mobilização e desmobilização do quadro de pessoal a ser utilizado na execução do objeto desta licitação;
- c) No preço cotado, em moeda corrente do País, obrigatoriamente deverão estar incluídas taxas, impostos e demais despesas inerentes à execução do objeto, não se admitindo qualquer adicional.

7.3. Para elaboração da proposta de preço, sob pena de desclassificação, deverá ser observada a taxa máxima estabelecida no item 5 do Termo de Referência.

7.4. A proposta de preços deverá compor os dois serviços a serem contratados (MIP e DFI), não podendo ser ofertado lance para um serviço sem a inclusão do outro, pois não há loteamento dos mesmos.

7.5. A proposta de preços ainda deverá ser de uma única seguradora, não podendo haver grupos de seguradoras para diluição dos riscos.

7.6. A proposta deverá conter Declaração do licitante de que se enquadra ou não na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo.

7.6.1. O licitante que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, **deverá apresentar** Prova da inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional ou Certidão expedida pela Junta Comercial, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Em se tratando de sociedade simples, o documento apto a comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deve ser expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas. A documentação mencionada deverá **ser apresentada juntamente com a Proposta de Preços ou por ocasião do credenciamento**, sob pena de decadência do direito ao tratamento diferenciado conferido pela LC 123/2006.

7.6.2. Para fins deste edital, doravante as microempresas e empresas de pequeno porte serão identificadas como MPE.

7.6.3. A declaração do não enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, implica na renúncia ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, bem como a falsa declaração implicará nas penalidades previstas neste edital, além das sanções penais.

7.7. Não poderão ser modificadas as quantidades, unidades e especificações constantes do **Anexo I**.

7.8. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

7.9. A proposta de preços terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação na sessão pública, facultado, porém, aos licitantes estender tal validade por prazo superior.

7.10. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem proposta com preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

7.11. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências do Edital ou que consignarem valor global ou Taxa Total superior ao máximo estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a demonstrar sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

7.12. A formulação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

7.13. De acordo com o Decreto Estadual nº 6.080, de 28/09/2012, que aprova o Regulamento do ICMS, alterado pelo Decreto nº 3299, de 13/01/2016, e com amparo no Convênio ICMS 107, de 02 de outubro de 2015, aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária CONFAZ a operação INTERNA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO objeto desta licitação é beneficiada pela isenção do ICMS, NAQUILO QUE FOR APLICÁVEL, condicionada ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado, e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal.

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE B

8.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação:

- a) de registro público, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas eventuais alterações, ou, sua última alteração, desde que consolidada, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

• Caso os documentos acima referidos tenham sido entregues ao Pregoeiro por ocasião do credenciamento, será desnecessário inseri-los no Envelope "B".

8.2. A **Regularidade Fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, abrangendo contribuições sociais (INSS), expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional;

- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Estaduais, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, da sede do licitante;
- e) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, expedida pela Prefeitura Municipal da sede ou domicílio do licitante;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.
- g) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, fornecido pelo Tribunal Superior do trabalho – TST (www.tst.jus.br).

8.2.1. De acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei Complementar Estadual nº 163/2016, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.2. A prova da inscrição a que se referem as letras “a” e “b” será suprida com a apresentação das certidões referidas nas letras “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, respectivamente, se estas contiverem o número de inscrição do licitante.

8.3. A **Qualificação Técnica** será comprovada mediante a apresentação:

- a) Prova de **registro/inscrição na SUSEP** da empresa, onde se mencione o seu número e prazo de validade;
- b) Prova do respectivo **número do processo junto à SUSEP**, comprovando o prévio encaminhamento de Nota Técnica para operar os Produtos - Ramos 61 e 65;
- c) **Atestado(s)** de desempenho anterior fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a realização de serviços de seguro habitacional (morte e invalidez permanente e danos físicos no imóvel). O(s) atestado(s) e/ou certidões deverão ser apresentados em papel timbrado, em original ou cópia autenticada por cartório competente, devidamente assinado e contendo a identificação completa do órgão e do representante que o(s) subscreve(m).
- d) **Comprovação de visita técnica**, conforme modelo do **Anexo VIII**, de que realizou visita técnica, efetuou as consultas julgadas necessárias e tomou conhecimento das condições especiais e particulares da Carteira da COHAPAR, conhecimento da natureza e do escopo dos serviços objeto desta licitação, tendo ciência de todas as condições e eventuais dificuldades para sua execução.

A visita deverá ser previamente agendada junto à COHAPAR pelos telefones (41) 3312-5725 / 3312-5715. O representante do Licitante que fará a visita deverá se apresentar munido do Atestado de Visita, conforme Modelo do **Anexo VIII**, devidamente preenchido, para aposição de assinatura do responsável pela COHAPAR. Todos os custos associados com a visita ao local serão arcados integralmente pelo próprio Licitante.

8.4. A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata ou Recuperação Judicial/Extrajudicial, expedida pelo distribuidor ou, se for o caso pelo cartório respectivo da sede da pessoa jurídica da sede do licitante.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício referente ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei.
 - **OBSERVAÇÃO:** Serão consideradas aceitas, como na forma da lei, as demonstrações contábeis eletrônicas, SPED contábil (ECD) com recibo de entrega, ou as demonstrações contábeis transcritas (Balanço Patrimonial e DRE) no Livro Diário, através de fotocópias

devidamente autenticadas, registradas na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante, ou outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

- c) Prova de Capacitação Financeira, em conformidade com o Modelo contido no **Anexo VII** do Edital, assinada em conjunto com o Contador, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social, deverão ser apresentados os seguintes índices contábeis-financeiros:

- Índice de Liquidez Geral (ILG) = $(AC + RLP) / (PC + PNC)$
- Índice de Liquidez Corrente (ILC) = (AC/PC)

➤ AC = Ativo Circulante	➤ PC = Passivo Circulante
➤ RLP = Realizável a Longo Prazo	➤ PNC = Passivo Não Circulante

Serão Habilitadas apenas as empresas que atenderem, simultaneamente, as seguintes condições:

- Índice de Liquidez Geral (igual ou superior) **1,0**
- Índice de Liquidez Corrente (igual ou superior) **1,0**

8.5. Declaração emitida pelo licitante, de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e de cumprimento dos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio ambiental, conforme modelo do **Anexo IV** deste Edital

8.6. Todos os documentos deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade, sob pena de inabilitação, sendo considerados válidos por 90 (noventa) dias, da data de emissão, aqueles que não mencionarem prazo de validade, excluídos aqueles que pela própria natureza não necessitam prazo de validade, podendo ser apresentados em original; por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, para autenticação pelo pregoeiro ou equipe de apoio, mediante exibição do original; ou publicação em órgão de imprensa oficial, e serão recebidos pelo Pregoeiro que, se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade.

8.7. As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.

9. PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

9.1. Fase inicial

9.1.1. A sessão pública do pregão terá início no dia, hora e local indicados no item 5 do preâmbulo, devendo o licitante ou seu representante legal realizar seu credenciamento, comprovando, se for o caso, que possui os necessários poderes para formulação de propostas, lances e negociação, e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

9.1.2. Concluída a fase de credenciamento, os licitantes deverão entregar ao pregoeiro a **Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação**, conforme modelo do **Anexo V** e os Envelopes A e B, devidamente fechados, contendo a **Proposta de Preços** e os **Documentos de Habilitação**, respectivamente.

9.1.2.1. Os Envelopes A e B deverão conter as seguintes indicações externas: Razão Social, endereço, itens 1 e 2 do preâmbulo, além da expressão, conforme o caso, **ENVELOPE A – Proposta de Preços**, ou **ENVELOPE B – Documentos de Habilitação**.

9.1.2.2. Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos.

9.1.2.3. Tanto a proposta de preço como a documentação deverão, preferencialmente, ser apresentadas devidamente numeradas e encadernadas com dispositivos de fixação que permitam seu fácil manuseio, sem risco de perda.

9.1.3. Iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência da proposta, impondo-se ao licitante desistente as sanções previstas nos subitens 17.2. letra "a" e 17.7, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.